

Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)

Lara Dalperio Buscioli

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

e-mail: lara.dalperio@gmail.com

Resumo

O conceito de estrangeirização de terras vem sendo debatido a partir de diferentes perceptivas e neste artigo estamos considerando a compra e/ou arrendamentos de terras por empresas/grupos estrangeiros acirrando os conflitos nos territórios. No Brasil temos a presença do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) que tem produzido diversas commodities, com destaque para a produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul (MS). No município de Rio Brilhante (MS) temos a presença de duas unidades produtoras que tem impactado na vida dos camponeses assentados por meio da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Diante disso, o presente trabalho visa analisar as formas de resistência do MST frente à ação da LDC no município. Para suprimos estes objetivos, realizamos pesquisas bibliográficas e entrevistas nos assentamentos do MST em Rio Brilhante.

Palavras-chave: Louis Dreyfus Commodities; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); resistências; assentamentos rurais;

Resistances of the MST against the advance of the process of land grabbing through the LDC in Rio Brilhante (MS)

Abstract

The concept of land grabbing has been debated from different perceptual and in this article we are considering the purchase and / or land leases for companies / foreign groups exacerbating conflicts in the territories. In Brazil we have the presence of the French group Louis Dreyfus Commodities (LDC) that has produced several commodities, especially the sugarcane production in Mato Grosso do Sul (MS). In the municipality of Rio Brilhante (MS) we have the presence of two production units that have impacted the lives of peasants settled through the struggle of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Therefore, the present work aims to analyze the forms of resistance of the MST against the action of the LDC in the municipality. In order to meet these objectives, we carried out bibliographical research and interviews in the settlements of the MST in Rio Brilhante.

Keywords: Louis Dreyfus Commodities; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); resistance; rural settlements;

Resistencia del MST con el avance del proceso de extranjerización de la tierra a través de la LDC en Rio Brilhante (MS)

Resumen

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 39 - Dossiê	pp. 107-132	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

El concepto de extranjerización de la tierra ha sido objeto de debate desde diferentes perceptual y en este artículo que estamos considerando los contratos de compra y / o terrestres para empresas / grupos extranjeros exacerban los conflictos en el territorio. En Brasil tenemos la presencia del grupo francés Louis Dreyfus Commodities (LDC), que ha producido varios productos básicos, especialmente para la producción de caña de azúcar en el Mato Grosso do Sul (MS). En Rio Brilhante (MS) tenemos la presencia de dos unidades de producción que han impactado la vida de los campesinos se establecieron a través de la lucha del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo examinar las formas de resistência del MST frente la acción del LDC em lo município. Para suprimos estos objetivos, se realizaron búsquedas en la literatura y entrevistas en los asentamientos del MST en Rio Brilhante.

Palabras clave: Louis Dreyfus Commodities; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); resistencias; assentamientos rurales.

Introdução

A temática acerca da estrangeirização de terras remete-se, aos estudos realizados no mestrado desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e intitulado “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu” sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes.

Com esta pesquisa foi possível compreender como ocorreu o processo de estrangeirização de terras através da territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) para a produção de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante e os impactos causados nos territórios camponeses PA Silvio Rodrigues, PA Margarida Alves e PA São Judas e territórios reivindicados pelos indígenas Guarani-Kaiowá o Laranjeira Ñanderu. Observou-se assim, a ação do Estado, a partir de suas políticas, no processo de estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul, indicando a relação entre o poder público com parcelas de capital local, nacional e estrangeiro para o ajuste deste território com o intuito de produzir *commodities* em Rio Brilhante.

Analizamos as resistências dos camponeses frente à territorialização da cana nos assentamentos, onde estes ficaram cercados por esta cultura produzida nas fazendas do seu entorno, bem como a dificuldade na demarcação do Laranjeira Ñanderu pela produção de cana-de-açúcar através da LDC. Este processo acarretou em vários impactos territoriais para estes sujeitos, como a perda da produção de alimentos, perda de animais, a perda da biodiversidade, a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos passados nas lavouras, a intensificação da violência contra os indígenas e a desterritorialização do campesinato.

Diante de tais resultados, nos propomos apresentar neste artigo as análises parciais referentes às formas de resistências do MST em Rio Brillhante diante da territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities para a produção de cana-de-açúcar. As resistências por meio do debate contra a territorialização da cana-de-açúcar e das manifestações contra a passagem dos caminhões foram realizadas nos três territórios camponeses que o MST conquistou por meio de seu processo de luta: PA Silvio Rodrigues, PA Margarida Alves e PA São Judas.

Para este artigo apresentaremos de forma sucinta o conceito de estrangeirização de terras, a territorialização de empresas e grupos estrangeiros no Mato Grosso do Sul subsidiados pelo Estado e em seguida focamos na LDC e as resistências existentes nos territórios camponeses no município de Rio Brillhante.

Para isso realizamos pesquisas bibliográficas sobre os temas que envolvem a pesquisa, como exemplo: a questão agrária no Brasil e no MS, os camponeses, estrangeirização de terras, commodities, empresas estrangeiras e nacionais, lutas camponesas, agricultura capitalista, agronegócio entre outros temas. Para os dados estritamente quantitativos sobre a estrangeirização de terras, utilizamos o Banco de Dados da Luta pela Terra, que é um banco de dados sobre o campo brasileiro, compondo as seguintes categorias: movimentos socioterritoriais e suas duas formas de atuação: ocupações de terras e manifestações do campo, estrutura fundiária, assentamentos rurais e estrangeirização de terras. Esses dados são confrontados a partir de diferentes fontes como a CPT, a Ouvidoria Agrária Nacional, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, o INCRA, Rede DATALUTA etc.

E por fim, aplicamos a metodologia de entrevistas, partindo dos estudos realizados por Colognese e Melo (1998), que as compreende como um processo de interação social entre o pesquisador e o entrevistado, com a finalidade de obtenção de informações, a partir de uma conversa interessada e orientada pelo entrevistador, sendo elas não-estruturada, semi-estruturada e estruturada. Para suprir nossos objetivos, partimos das entrevistas com caráter formal e semi-estruturadas, ou seja, embora apresentem um roteiro, podemos ter liberdade de adicionar perguntas conforme necessidade e a fala do entrevistado, podendo interferir no momento da entrevista (COLOGNESE; MELO, 1998).

Breve discussão sobre o conceito de estrangeirização de terras e movimentos socioterritoriais

Analisamos que o processo de estrangeirização de terras está ligado ao avanço do capitalismo no campo brasileiro e vem sendo debatido por diversos autores de acordo com

suas propostas teóricas-metodológicas. Identificamos algumas tendências de análises, partindo das considerações entre os impactos positivos e negativos deste processo, considerando-os “benéficos” e “maléficos” aos países atingidos. Um estudo realizado pela High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE), aponta essa tendência no processo de estrangeirização de terras:

The current trend in foreign land acquisition has raised considerable public concern. It gives rise to heated political debate and controversies, in the shadow of an ideological divide, **whereby "land grabbing" is seen as "bad", and whereby international investments in agriculture are necessary and good** (HLPE, 2011, p. 6 – grifos nosso).

Borras Jr e Franco (2010) também compreendem estas tendências de análises na estrangeirização, mas relacionada à produção de biocombustíveis. Eles apontam que seria tentador pensarmos num consenso de opinião sobre o processo de estrangeirização de terra, mas nem todas as análises tendem a ter a mesma visão sobre os problemas causados, bem como lidar com eles ou a forma estratégica a ser usada.

Essas diferentes visões partem da disputa paradigmática dentro do processo de estrangeirização de terras: alguns autores demonstram apoio a estrangeirização de terras como novas oportunidades, com o discurso da integração das comunidades a este sistema na forma do trabalho, o discurso do desenvolvimento sustentável e da produção de alimentos etc. E outros com visões contrárias a estes aspectos, mostrando o acirramento dos conflitos, a luta pela superação deste sistema/processo, mostrando os impactos negativos do mesmo, o debate da desnacionalização dos territórios, os perigos relacionados a produção de commodities etc.

Este debate também reflete nas discussões realizadas a cerca do conceito/nomenclatura utilizada para definirmos o que é a estrangeirização de terras, entendendo-as que não são sinônimos. Alguns autores apontam como: acapariamento de terras, extranjerización de la tierra, land grabbing, foreignization of lands, Green Grabbing, usurpação de terras, grilagem entre outros, para identificar a partir de diferentes abordagem este processo, considerando compra/arrendamento de terras por estrangeiros ou mesmo indo além das discussões partindo das análises ambientais, de produções, de financeirização e globalização da agricultura, assim, compreendendo um controle deste território tanto material como imaterial, ou seja, partiremos da apropriação deste território nacional pelo capital internacional (transnacional).

Estas disputas estão contidas nas relações internacionais tanto imaterial como material a partir de estratégias para a expansão dos países que se configuram a nível geopolítico, tendo os Estados Nacionais como elementos definidores. Assim, partiremos do debate da estrangeirização de terras como a apropriação do território em suas diferentes

dimensões realizadas pelos mais diversos “sujeitos”. Fernandes (2009; 2011) considera que a estrangeirização de terras deve ser analisada a partir da Geopolítica da Questão Agrária, intensificada com a produção de agroenergia que gerou um problema nos abastecimentos de produtos alimentícios, criando uma nova característica para a expansão dos países.

Esses países são apresentados pelo autor em três conjuntos, para explicar esse processo em escala global: “1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras” (FERNANDES, 2009, p. 2). O primeiro conjunto de países são pobres em alimentos, mas ricos de capital que se expandem em países pobres com abundância de terras cultiváveis. Neste sentido, a grande parte dos países que possuem arrendamentos são “pobres” que permitem a territorialização dos grupos/empresas estrangeiras para seu abastecimento interno, pois essas populações vivem em situação de miséria sem acesso a terra ou a água.

Sassen (2013) considera que a estrangeirização trás mudanças profundas (ou seja, consequências), principalmente com uma “desmontagem” do território nacional, permitindo um novo tipo de geopolítica global:

This deeper structural level is also what makes the current phase of land acquisitions potentially deeply consequential, to the point of signaling the further disassembling of national territory. Such disassembling can enable the rise of a new type of global geopolitics, **one where national sovereign territory increasingly is subject to nonnational systems of authority**—from familiar IMF and WTO conditionality to elementary controls by diverse foreign actors over growing stretches of a country’s land (SASSEN, 2013, p. 25 – grifo nosso).

Bernardo Mançano Fernandes (2009) mostra que essas relações são os novos elementos dessa questão, que devem ser compreendidos a partir de outros processos políticos como o neoliberalismo, onde capital e Estado se unem para se territorializarem em outros países, explorando-os. Assim, além das empresas, os Governos estão cada vez mais envolvidos neste processo, mesmo com a diminuição do seu papel por meio do neoliberalismo.

Sauer (2010) afirma que o que temos atualmente é uma “corrida mundial” por terras, intensificada após a crise de 2008, emergindo questionamentos sobre o domínio do território dos países, principalmente em áreas de fronteira. O autor aponta um estudo feito pelo Banco Mundial em 2010, que evidenciou um crescimento de 20% da produção agrícola mundial (consequentemente da estrangeirização) para à expansão da fronteira agrícola.

Essa expansão aconteceu por diversos motivos, dentre eles: a demanda por alimentos, ração, celulose e outras matérias primas industriais para os biocombustíveis e transferências das produções de commodities para países com extensas terras e com preços menores (SAUER, 2010). Esta expansão está relacionada com o processo de

“desterritorialização” de algumas produções para a produção de outras, por exemplo, a substituição intencional da produção de gado para a cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, pois permitiu diversificar o produto final desta commodity.

As consideramos como “commodities flexíveis”, pois permite através de sua produção diversas finalidades evidenciando os discursos utilizados pelos diferentes sujeitos e formas de ação do processo de estrangeirização de terras, conforme aponta Borrás Jr et al (2015, p. 3) “Current examples include soya (feed, food, biodiesel), sugarcane (food, ethanol), oil palm (food, biodiesel, commercial/industrial uses) and corn (food, feed, ethanol)”, que esta “flexibilidade” só é possível a partir do elo entre diferentes culturas, componentes e usos, tornando-se cada vez mais lucrativa.

Partindo disto o processo de estrangeirização de terras ganha novos “rumos” e se intensifica, como por exemplo nos países da América Latina com Argentina, Bolívia, Paraguai, Chile, Uruguai e o Brasil, bem como países do continente africano com destaque para Moçambique com a estrangeirização de terras por meio de grupos e empresas brasileiras. Neste sentido, o processo de estrangeirização de terras configura-se na expressão da territorialização do agronegócio em todas as escalas geográficas (local, regional, nacional e global) impactando diretamente na população do campo.

Estes impactos estão relacionados às diferentes escalas municipal, estadual e nacional e variam de acordo com o nível de concentração de terras e como a territorialização destes grupos foram feitas, atingindo seu ápice com o processo de desterritorialização. Nele todas as relações com território (camponês, indígena, quilombola etc.) são destruídas, devido à venda da terra ou expulsão pelas empresas e grupos estrangeiros, como afirma Colque: “*entonces, destruir la vida en comunidad, se fragmenta la vida en comunidad que ellos tienen y paulatinamente van aniquilando y luego vendiendo la tierra a esas empresas*” (Em entrevista, 2015), impedindo assim, a realização da reforma agrária ou demarcação de territórios tradicionalmente ocupados.

Assim, os movimentos socioterritoriais se organizam para lutar contra estes processos e solicitar a realização da reforma agrária ou reconquistas de seus territórios. Eles são compreendidos neste trabalho, que trará a análise do MST, como construtores de territórios e territorialidades onde o primeiro é parte condicionante de sua existência, conforme relata Pedon (2009): “O espaço torna-se trunfo ao tornar - se território, nesse processo, ele é a base da criação e recriação das experiências de resistência e transformação das relações sociais” (p. 174).

Assim, os movimentos socioterritoriais são analisados a partir do “olhar” geográfico, sendo os mesmos sujeitos que os movimentos sociais que lutam a partir do enfrentamento para a transformação da realidade existente (FERNANDES, 2005), pois eles são um movimento de autodefinição, buscando sua representatividade apropriando dos espaços em

que as relações de poder contidas nestas questões dão sentido ao ordenamento do território (PEDON, 2009).

Para os movimentos socioterritoriais, principalmente os camponeses, a estrangeirização de terras é vista como um problema, pois entra em conflito com o modelo de desenvolvimento do campesinato e do seu ordenamento territorial. Fernandes e Welch (2008) apontam dois modelos de desenvolvimento do *agronegócio* com a produção de commodities (flexíveis - soja, cana, eucalipto, algodão, milho, café etc.) em larga escala utilizando-se do trabalho do camponês e modelo do *campesinato* que tem o trabalho familiar como base de sua produção de pequena escala e diversa (frutas, legumes, hortaliças).

Além deste confronto, o processo de estrangeirização de terras, acarreta na intensificação/manutenção da estrutura fundiária, monopoliza os territórios e suas formas de uso, desterritorializa a população do campo, acarreta na insegurança alimentar e na soberania territorial dos países, sendo bandeiras de lutas dos movimentos socioterritoriais. Sendo que ao mesmo tempo em que este processo deve ser analisado em escala global as resistências dos movimentos socioterritoriais também devem, pois elas desterritorializam as empresas/grupos estrangeiros, conforme relata Fernandes (2009).

Assim, “as lutas empreendidas pelos camponeses, organizados na forma dos movimentos socioterritoriais, manifestam a conflitualidade intrínseca à produção do espaço brasileiro, principalmente, a partir dos embates realizados no meio rural” (PEDON, 2009, p. 206).

Estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul: alguns apontamentos

Contextualizando para o caso brasileiro, o estado do Mato Grosso do Sul (MS) se destaca, diante da expressão e intensidade que este processo ocorre, bem como pela conflitualidade gerada, seja na questão dos povos tradicionais indígenas ou com os camponeses. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2010 *apud* FERNANDES, 2011), o MS no primeiro semestre de 2010, ficou em quarto lugar em aquisições de terras por estrangeiros no Brasil, contabilizando aproximadamente 473 mil hectares de terras (11%), ficando atrás apenas dos estados do Mato Grosso (20%), São Paulo (12%) e Minas Gerais (12%).

Esta configuração territorial deve ser analisada num contexto histórico para compreendermos a territorialização dos grupos e empresas estrangeiras no estado do Mato Grosso do Sul para a produção de *commodities* e as formas de impactos e resistências. Segundo Teixeira (1989) entre os anos de 1970 e 1980, em paralelo a produção de erva

mate, o estado incrementa suas áreas de lavouras temporárias com a produção de soja (no verão) e do milho (no inverno), pois o mercado global dessas *commodities* estavam em ascensão. E na década de 1990 e nos anos 2000, o Mato Grosso do Sul ganha expressividade e visibilidade na produção de cana-de-açúcar.

Este contexto beneficiou os interesses de grupos econômicos como “Ciba-Geiger, New-Holland, Dupont, Anderson Clayton, Continental Grain, Bunge & Born (SANBRA), Cargill, Louis Dreyfus etc.” (TEIXEIRA, 1989, p. 68). Ocorrendo assim, a monopolização da produção de grãos em detrimento da produção de alimentos básicos, uma maior concentração da terra por meio da venda das pequenas propriedades para os grandes produtores, principalmente as empresas estrangeiras, bem como o aumento do preço da terra.

Esta configuração territorial teve como componente importante à atuação do Estado brasileiro, no caso da soja via Programa Desenvolvimento dos Cerrados por Cooperação Japão-Brasil (PRODECER) e da cana-de-açúcar com o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), transformando o estado do Mato Grosso do Sul num dos maiores produtores destas culturas. O PRODECER foi iniciado na década de 1980 e financiado pelo Japão, que ao longo dos anos tem buscado transformar o cerrado brasileiro numa das regiões agrícolas mais produtivas, principalmente com a soja, sendo que a maior parte dessa produção é destinada para o processamento agroindustrial para o mercado internacional:

O programa foi efetuado em três fases que abrangeriam todo o cerrado: 1ª em Minas Gerais; 2ª no MS, Bahia e Goiás e a 3ª em Tocantins e Maranhão. Segundo Clements e Fernandes (2013) cerca de “345 mil hectares foram transferidos a 717 experientes produtores de larga escala sob a competência do projeto. As operações desses produtores foram fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro como parte dos negócios de terras” (p. 4).

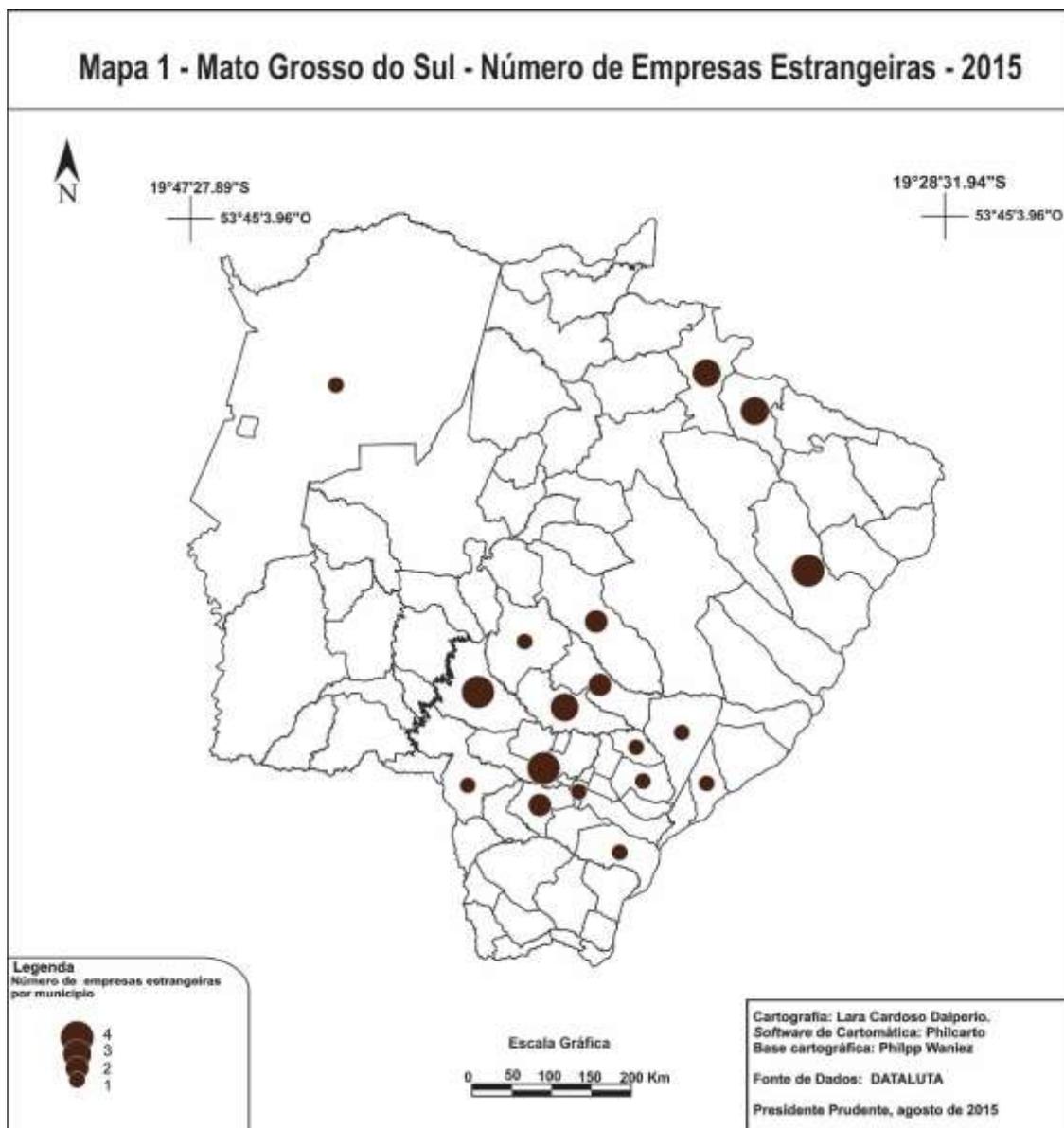
Em relação ao Proálcool, este teve um papel importante para a territorialização de grupos estrangeiros no Mato Grosso Sul, por meio de aquisições de unidades que também possuíam capital brasileiro. O programa teve como objetivo atrair a produção de álcool, criando fontes alternativas de combustíveis menos poluentes ao meio ambiente, assim expandindo a produção da cana em diversos territórios:

Desta forma, o Proálcool, pode ser considerado a fonte principal da instalação de destilarias no estado do Mato Grosso do Sul, principalmente como programa incentivador da produção de álcool. Porém, o programa não incentivou apenas grupos que já atuavam no ramo no nordeste e São Paulo, mas também empresários do Mato Grosso do Sul, que detinham a propriedade da terra e possuíam capital proveniente da pecuária e/ou produção de grãos. Portanto, é a partir do Proálcool que o Mato Grosso do Sul entra na rota da produção de cana-de-açúcar (BACKES, 2009, p. 35).

As usinas instaladas no MS tinham como principal objetivo a produção de álcool, mas devido à crise do setor elas passaram a produzir açúcar, com mais foco, principalmente com a mudança de postura do Governo Federal em relação ao etanol pelos carros flex. Um dos principais grupos estrangeiros no Brasil que produzem cana-de-açúcar é a LDC e, no MS ela está territorializada por meio de três unidades que representam aproximadamente 30% da sua produção nacional: duas no município de Rio Brillhante e uma em Maracaju.

Diante do exposto em relação ao MS, fica evidente a aliança entre latifúndio/agronegócio e Estado, que ganha força com a crescente demanda por terras e a entrada de investimentos estrangeiros no país, acirrando o conflito pela/na terra, parte da história brasileira desde a colonização (SAUER; LEITE, 2011).

Assim, o mapa 1 apresenta o número de unidades estrangeiras territorializadas no estado do Mato Grosso do Sul.



Em relação ao capital estrangeiro, observamos que os principais países que produzem *commodities* no estado do Mato Grosso do Sul, são os países que necessitam de terras cultiváveis, como: Argentina, Reino Unido, Emirados Árabes, EUA, França, Holanda, Itália, Japão entre outros. Com as seguintes empresas e grupos estrangeiros: Adecoagro; ADM, Arauna; BR Food; Bunge; Central Energética Vicentina; Cerona; Ceagro (Agrex do Brasil), Fibria Celulose S/A; International Paper; Louis Dreyfus - Biosev; Monsanto; MSU Agro; Odebrecht; Parkia Participações; Raízen – Cosan/Shell; Safi Brasil; SLC Agrícola; Usina São Fernando; Vale, Grupo Biourja e Grupo Poet (DATA LUTA, 2015), esta territorialização está representada no mapa 1.

Podemos analisar que o processo de estrangeirização de terras se intensifica no Centro-Sul do estado pela concentração da atividade bovina para corte, que vem sendo transformada/substituída pelas produções de *commodities* principalmente da cana-de-açúcar e soja (*commodities* flexíveis). A região Leste do estado se destaca pela produção da empresa estrangeira Fibria, que tem se territorializado por meio da produção de eucalipto.

A presença do agronegócio nacional e estrangeiro no Mato Grosso do Sul cria impactos territoriais nas áreas urbanas e principalmente nas áreas rurais que estão estabelecidos os assentamentos rurais e as áreas indígenas que são impactados direta e indiretamente pela inserção deste modelo de produção viabilizado pelos grandes grupos e pelo Estado. No Mato Grosso do Sul o confronto direto com a estrangeirização de terras ocorre, por exemplo, com as ocupações nas áreas reivindicadas realizadas pelos movimentos socioterritoriais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, a Comissão Pastoral da Terra ou mesmo pelos conflitos indígenas Guarani-Kaiowá.

Estes conflitos se concentram no Centro-Sul do estado, onde as empresas estrangeiras estão territorializadas. Podemos citar os conflitos dos Guarani-Kaiowá com a presença da ADM em Campo Grande, no município de Dourados com a presença da empresa estrangeira São Fernando, em Rio Brillhante e Maracaju com a presença da Louis Dreyfus Commodities produzindo cana-de-açúcar em seus territórios. No caso dos movimentos socioterritoriais camponeses, podemos relacionar com as resistências diretas do MST na Região da Grande Dourados com a LDC em Rio Brillhante, o despejo em Sidrolândia, a ocupação realizada pelo Movimento Terra Livre após a falência da Usina Paranaíba pertencente à Arauna entre outros.

O Grupo Louis Dreyfus Commodities em Rio Brilhante (MS) e as resistências por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A Louis Dreyfus Commodities está territorializada no Mato Grosso do Sul (MS) para produzir cana-de-açúcar desde os anos 2000, por meio da aquisição das unidades do Grupo Tavares de Melo nos municípios de Maracajú e Rio Brilhante internacionalizando o capital nestes municípios. Em Rio Brilhante temos três usinas que produzem cana-de-açúcar duas pertencentes a LDC: LDC Biosev - Unidade Rio Brilhante e LDC SEV - Unidade Passa Tempo e uma controlada pela Odebrecht S.A a ETH Bioenergia – Eldorado.

No ano de 2006 saiu o alvará para a construção da Unidade Rio Brilhante com apoio do Estado e no ano seguinte ela anuncia a compra da unidade Passa Tempo iniciando sua atividade em 2008, se tornando vice-líder do mercado da cana-de-açúcar devido à fusão com a Central Energética Santa Elisa formando a LDC-SEV.

O grupo francês teve vários incentivos para produzir no estado do MS, como o custo e quantidade de terras (arrendamento e compra), rentabilidade da produção e facilidade para escoamento tanto para o mercado interno como externo (CENTENARO, 2011). Além destes fatores o BNDS teve um papel importante nos investimentos, sendo recebido pelo grupo recebeu R\$ 719,7 milhões dos recursos destinados ao estado, correspondendo ao financiamento da unidade de Rio Brilhante e ampliação da unidade Passa Tempo no município de Rio Brilhante (DOMINGUES, 2010).

Segundo Domingues (2010), a LDC em Rio Brilhante influencia fortemente na questão agrícola do município com 28 mil hectares arrendados (79%) para a produção da Passa Tempo e 31 mil hectares (88%) para a unidade Rio Brilhante. Além disso, o grupo também arrenda terras em Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia gerando alguns conflitos.

O grupo francês no município criou um Centro de Educação Infantil comportando 120 crianças para a educação infantil, beneficiando a população e os funcionários do próprio grupo num total de 600 metros quadrados de área (GERENTE DE CIDADE, 2008).

As figuras 1 e 2 apresentam as unidades de Rio Brilhante e Passa Tempo pertencentes a LDC. A primeira unidade tem capacidade produtiva para o processamento da cana-de-açúcar de 5 milhões de toneladas (46,8% de etanol e 66,1% de açúcar e capacidade energética de 80 mw) e a segunda unidade processa 3,3 milhões de toneladas de cana (66% de etanol; 49,7% de açúcar cristal; capacidade energética de 78 mw) (BIO-SERV – LDC, 2015).

Figura 1: Foto aérea da unidade Passa Tempo em Rio Brillhante



Fonte: Google Imagens, 2015.

Figura 2: Foto aérea da unidade Rio Brillhante pertencente à LDC



Fonte: Google Imagens, 2015.

A partir do início da produção da LDC no município de Rio Brillhante ele passa a ser reconhecido como a capital da cana-de-açúcar, devido aos altos índices de produtividade

(DOMINGUES, 2010). Cabe destacar também que a produção de gado diminuiu em contrapartida que crescia a de cana-de-açúcar. Segundo Domingues (2010) “podemos dizer que a pecuária ao ceder espaço para a cana-de-açúcar procura outras formas de se reproduzir, seja através de novas tecnologias, que são incorporadas ao setor (boi confinado), seja pela ocupação de novas fronteiras como é o caso da Amazônia” (p. 167).

Esta territorialização da cana-de-açúcar ocorreu em áreas onde a soja/milho estavam territorializadas, indo para os assentamentos que fizeram frente à produção da primeira commodities no município que rodeia os assentamentos criando vários problemas, principalmente para a questão agrária. Podemos relacionar estes fatos ao depoimento da militante do MST Maria que afirma que a cana veio para desarticular ainda mais a reforma agrária:

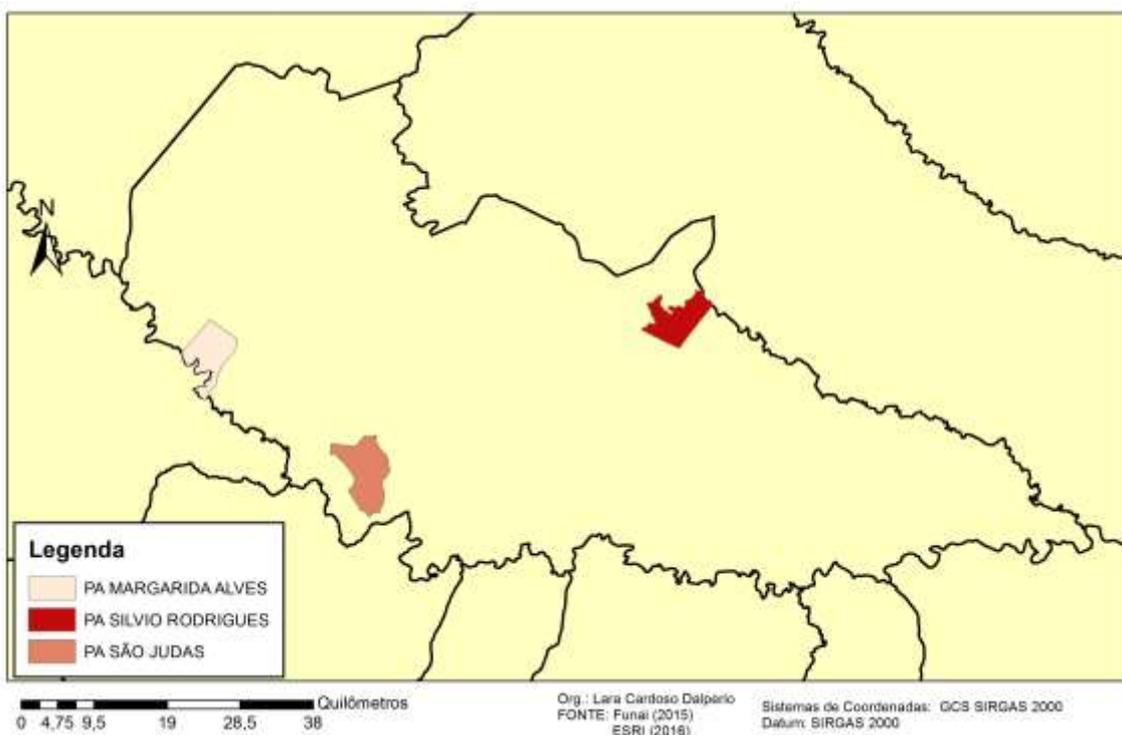
A cana no município vem pra desarticular mais ainda a reforma agrária na região. Uma vez que a cana, ela (...) Os fazendeiros tinham que provar que a terra era produtiva, quando ele não quer tocar a terra ele arrenda para a cana, então desarticula mais ainda a organização naquele município. Uma vez que, a gente poderia estar fazendo ocupação, retomando essa terra para o povo, acaba que ficando nas mãos das multinacionais da cana-de-açúcar principalmente (Maria em entrevista, 2015).

Em Rio Brilhante temos nove assentamentos com 810 famílias e 17.940 hectares de terras, sendo três concebidos pelo processo de luta histórica do MST nas décadas de 1990: PA Margarida Alves, PA São Judas e PA Silvio Rodrigues expostos no mapa 2 e quadro 1. Cabe destacar que o processo de luta destes assentamentos está marcado pela violência do Estado (na figura da polícia militar) e dos fazendeiros dos municípios que não queriam suas áreas desapropriadas para a reforma agrária.

Quadro 1: Informações sobre os assentamentos rurais do MST em Rio Brilhante

Nome	Capacidade	Famílias assentadas	Área	Data	Forma obtenção
PA Margarida Alves	120	97	3.166	29/12/2000	Desapropriação
PA São Judas	187	179	4.155	09/10/1998	Desapropriação
PA Silvio Rodrigues	120	117	3.202	14/09/2001	Desapropriação

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. Autor

Mapa 02 - Assentamentos rurais originários da luta do MST em Rio Brilhante

O assentamento PA São Judas foi o primeiro território conquistado do MST em Rio Brilhante por meio da desapropriação de terras, as famílias eram advindas do Acampamento 8 de Março em Itaquiraí em 1997. E no ano seguinte eles foram assentados com 187 famílias em 4.155 hectares (quadro 1). O PA Margarida Alves foi criado com a ajuda na luta dos camponeses do assentamento PA São Judas na época de acampamento. O acampamento que originou o assentamento mudou várias vezes de localidade devido a forte repressão dos fazendeiros e da polícia, mas em 2000 foram assentadas 120 famílias em 3.166 hectares (quadro 1).

O assentamento PA Silvio Rodrigues foi obtido em 2001 por meio da desapropriação de uma área onde aconteceram dois assassinatos dos militantes: Silvio Rodrigues e de um companheiro de luta do MST, ambos espancados e mortos na Fazenda Engenho Novo por capangas. Assim, foram assentadas 120 famílias distribuídas em 3.202 hectares (quadro 1).

Diante do processo histórico da conquista dos três assentamentos do MST identificamos a partir das análises dos trabalhos de campo, algumas formas de resistência frente ao processo de estrangeirização de terras, com destaque para a proibição da produção de cana-de-açúcar dentro dos assentamentos e as manifestações contra a passagem do caminhão com a produção da LDC. Estas formas de resistências são importantes para compreendermos a atual conjuntura da questão agrária com a intensificação e/ou criação de conflitos devido aos diferentes tipos de desenvolvimento já

apresentados: do agronegócio e do campesinato, conforme estudos de Fernandes e Welch (2008).

No caso da proibição da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos de Rio Brillhante, o MST teve um papel fundamental juntamente com a FETAG e a CUT para uma resistência direta da Louis Dreyfus Commodities, através de reuniões nas sedes e casas dos assentamentos, com o intuito de conscientização e desmistificação dos discursos realizados pelo grupo nos assentamentos diante da procura insistente para a aceitação dos assentados para produzir cana-de-açúcar.

Conforme aponta Celso assentado do PA Margarida Alves:

(...) nós chegamos a fazer reuniões com as várias coordenações dos assentamentos, na cidade, de Rio Brillhante, né, para discutir a preocupação, né. Até por que quando as usinas começaram, nós nem imaginávamos que eles viriam fazer essa discussão nos assentamentos, em um primeiro momento. Então, quando a gente começou a perceber que eles começaram a fazer as reuniões nos assentamentos (...) (Celso em entrevista, 2015).

Estas reuniões ocorreram a partir do momento da procura da LDC nos assentamentos para produzir cana-de-açúcar. Celso nos informou que no período de produção da LDC no município eles foram procurados em diversos momentos realizando reuniões entre a empresa e os assentados: *“E aí nós, nesse período, a gente recebeu, foram feitas muitas reuniões nos assentamentos, para tentar implementar o processo de plantio da cana nos assentamentos”* (Celso em entrevista, 2015), ocorrendo negativas do MST devido as formas de se ver e conceber o campo:

O MST sempre fez um papel de não mudar a lógica, os princípios do objetivo que foi da reforma agrária. A reforma agrária foi feita para produzir alimentos. Ela foi feita não, ela foi conquistada para produzir alimentos e nessa produção de alimentos, ela tem perdido espaço. Então o movimento tem sempre feito um trabalho de convencimento, um trabalho de formação, junto as famílias, para que elas não abandonassem a finalidade da reforma agrária, dos assentamentos, da agricultura familiar. Mas infelizmente, né, a nossa força diante daquilo que o agronegócio trabalha, a nossa força ainda não tem surtido o efeito que nós gostaríamos que tivesse. Estamos perdendo campo. Estamos perdendo espaço. Apesar de nossos assentamentos, ainda a pesar de muitas famílias estarem indo para o arrendamento, mas os que restam ainda conseguem, né, conseguem trabalhar a produção de subsistência, conseguem a produção de comercialização, conseguem se viabilizar economicamente nos assentamentos. E é uma tarefa difícil. É uma tarefa que cotidianamente a gente tem que batalhar, mas é difícil, não é fácil não (...) (Celso em entrevista, 2015).

Diante da citação, podemos observar a importância dos trabalhos de conscientização para os camponeses permanecerem no seu lote, mesmo diante das investidas do agronegócio, sem perder a lógica de produção camponesa. Sendo um dos

principais desafios do MST em organizar seus assentamentos para a viabilidade econômica dos mesmos, sem sua subordinação ao agronegócio.

Assim, o MST atuou intensamente em reuniões nos três assentamentos, no sentido de desmistificar tais ideais expostos pelo agronegócio estrangeiro que ao ver de alguns assentados a proposta era tentadora:

Quando a Louis Dreyfus tentou entrar aqui, foi uma proposta meio assim, até difícil pra gente falar não, porque eles fizeram muitas propostas de trabalho, de você plantar e trabalhar pra eles em cima daqueles produtos deles né. Se eles plantassem a cana aí você ia cuidar da cana, então as pessoas viu um meio de trabalho aí. Só que na verdade depois muda tudo né, aí começa a vim os maquinários, aí o cara vê uma coisa na hora, mas é totalmente diferente. Ela só é aquela proposta na hora de plantar aquilo ali, depois que cabou plantio é só colhedeira, trator e cabou né. (Leandro em entrevista, 2016).

As palavras de Leandro podemos relacionar aos impactos causados pela produção de cana-de-açúcar nos assentamentos, sendo este o foco dos argumentos do MST nos seus assentamentos nas reuniões:

Várias reuniões [foram feitas] com as famílias, né, trazendo, deixando claro as consequências que a cana traz, né, as consequências ruins que a cana traz para a agricultura familiar, entendeu? Até por que nós estaríamos beneficiando, né, outras empresas que não tem nada a ver com os nossos interesses produtivos, nossos interesses políticos, nossos interesses, até da organização, enfim (...) (Celso em entrevista, 2015).

Como estratégia a LDC passou a procurar as lideranças e assentados mais vulneráveis dos assentamentos, indo nos três assentamentos sem avisar os militantes do MST:

Não, eles consultavam primeiramente as associações, as suas lideranças. Aquelas lideranças que não tinham clareza disso, achavam a proposta interessante economicamente, se iludiam e acabavam aceitando em fazer as discussões internas. Aonde os dirigentes das associações entendiam que era um problema, eles nem, aí eles usavam outras pessoas, iam visitar as famílias, criavam grupos de discussão, né. Tentavam identificar aquelas famílias que estavam com dificuldade de renda, que estavam com as, né (...) iam conversar com essas famílias, no sentido de mobilizar, para poder trabalhar (...) (Celso em entrevista, 2015).

Então, eles discursavam a partir da identificação dos problemas das famílias dos lotes, apontando propostas de emprego como melhoria de vida e também com os arrendamentos. Para a consolidação dos arrendamentos a LDC necessitava de abarcar vários lotes seguidos para incorporação das máquinas de colheita e plantio, desta forma utilizava um discurso de aumento de renda com estas possibilidades de mudança de vida a partir da produtividade do lote.

Se isto acontecesse nos assentamentos os impactos nas questões familiares e de produção de alimentos seriam marcantes. Segundo Thomaz Junior (2007):

O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 7).

Como apontado pelo assentado Celso, o dinheiro que a LDC havia proposto pela produção de cana-de-açúcar era uma ilusão, pois eles deveriam produzir aproximadamente 100 toneladas por hectares, mas o solo da região daria apenas 60 ou 70% ocorrendo o endividamento do assentado, confirmando as palavras de Thomaz Junior (2007).

O assentado André do PA Silvio Rodrigues, também apontou estas inconsistências no discurso do grupo: *“Naquela época nós fizemos as contas, não ia dar 4.000 ou 5.000 por essas 10 hectares por ano. O cara ia comer e cada dia ele ia ficar mais pobre por que ele não tinha como trabalhar, ia ficar com uma mixaria de terra”* (Em entrevista, 2015).

Segundo o assentado André ele também recebeu a proposta do grupo para a produção de cana-de-açúcar negando esta possibilidade e ainda fazendo frente de ação aos discursos da LDC reunindo em seu núcleo os assentados informando os malefícios da produção, principalmente voltado ao veneno e a falta de comida que teriam nos lotes:

No começo era aquele papo furado, que ia dar futuro, aí todo mundo foi caindo na real logo e vendo que não era o que a gente, aquilo que, por exemplo eu organizei no meu setor lá conversando com o pessoal, “daqui a cinco anos essas terra vai está mais ruim do ela está hoje, por que ele vai te entregar uma solteira de cana lá e a cana chupa (deteriora) a terra, uma coisa medonha” e você não tem dinheiro nenhum e passou os cinco anos e você ficou parado, simplesmente só comeu (...) (André em entrevista, 2015).

Em nossas entrevistas identificamos que o principal motivo para a cana-de-açúcar não se territorializar nos assentamentos foi devido o trabalho dos militantes e conseqüentemente a dificuldade da LDC em convencer várias famílias seguidas de lotes a produzir, devido ao tamanho das máquinas e da produtividade em relação aos lotes, desestimulando assim o grupo em produzir nos assentamentos entrando nos territórios do agronegócio nos entornos dos assentamentos.

Celso nos informou que com a perda da produtividade nas áreas onde a cana-de-açúcar esta territorializada, ocorre uma possibilidade da monocultura entrar nas áreas dos assentamentos não descartando esta ideia:

Não está descartado. Por que não está descartado. Não está descartado por que se a demanda das usinas, aumentar ainda a área plantada e as lavouras de soja e milho se manter nessa estabilidade que está colocada aí, em uma perspectiva de se manter, o espaço das cana pode reduzir. Se reduzir, a possibilidade de migrar para outras áreas pequenas, inclusive assentamentos, não está descartada (Celso em entrevista, 2015).

Assim, o MST retornará aos debates sobre este tipo de produção renovando esta resistências em seus territórios. Além desta forma de resistência nos assentamentos estudados encontramos em nossas idas a campos relatos dos assentamentos nas questões que envolvem o tráfego dos caminhões utilizados para transporte da cana-de-açúcar da LDC nas estradas que cortam os assentamentos, gerando vários impactos.

O caminhão que carrega esta carga é o “truk” ou trucado que descola 36 toneladas de commodities e ao ser incorporada com outra articulação é conhecida como “Romeu e Julieta”, além da utilização do “tremidão” trucado com duas unidades de reboco longo, com três articulações carregando 50 toneladas (BACKES, 2009).

A figura 3 apresenta o carregamento de cana-de-açúcar com produção da LDC em Rio Brilhante, que tem um fluxo continuo nos assentamento e estradas do município.

Figura 3: Caminhão com carregamento de cana-de-açúcar da usina LDC em Rio Brilhante.



Fonte: AUTOR, 2016.

A passagem dos caminhões geram alguns impactos na vida dos assentados, devido a poeira do ar, estradas esburacadas, acumulo de lama quando chove, provocando dificuldades de locomoção. Diante disso, os assentados se organizaram em algumas manifestações contra o grupo para que esta situação pudesse ser resolvida com a não entrada dos caminhões no PA Margarida Alves ou amenizada com o cascalhamento no PA São Judas, pois a LDC não se sente responsável pelas manutenções das estradas que passam exclusivamente seus caminhões.

As manifestações têm caráter político e reivindicatório com a organização coletiva dos sujeitos (COMERFORD, 1999) elas colocam em pauta a questão agrária brasileira e

são instrumentos políticos de luta e resistência (FERNANDES, 1994). Elas “refletem conteúdos estruturais, são organizadas no sentido de evidenciar situações que deveriam ser de interesse social, mas que frequentemente são mascaradas pelo discurso dominante” (PEREIRA, 2012, p. 12-13).

Essas ações refletem nos territórios materiais e imateriais e compõem o conjunto de ações dos movimentos socioterritoriais para a construção e consolidação de suas lutas e permanências nos territórios. Elas são realizadas em locais estratégicos de luta como em grandes centros e em territórios onde se quer reivindicar ou chamar a atenção para determinados assuntos, por exemplo, as ocupações realizadas no INCRA.

No caso dos territórios estudados elas realizadas em caráter de espontaneidade devido à situação que eles estavam vivendo, ou seja, elas representaram a insatisfação frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio. Assim, “a resistência camponesa é responsável por sua (re)criação no enfrentamento permanente com o capitalismo” (FERNANDES, B., 2012, p. 747).

E diante dos relatos identificamos manifestações por bloqueio de rodovias no PA Margarida Alves e PA São Judas com ambas justificativas: o tráfego dos caminhões da LDC com cana-de-açúcar que tem impactado diretamente na vida dos assentados.

No caso do assentamento São Judas as manifestações realizadas tinham como objetivo o melhoramento da estrada que os estudantes da escola São Judas trafegam todos os dias, bem como os assentados que estudam no município de Rio Brillhante. A assentada Maria relatou que foi com um grupo de assentados cobrar providências na prefeitura, pois estava atrapalhando o calendário escolar dos estudantes, pois antes do início das atividades da unidade Passa Tempo as estradas eram cascalhadas e hoje estão em péssimas condições de uso:

As crianças já que vão pro ensino médio, junto com as da escola, nós já trancamos aqui duas vezes as carretas da usina paramos o dia inteiro, a prefeitura chamou pra negociar, a usina chamou pra negociar para liberar as carretas pra poder eles molharem pelo menos na frente do assentamento. Porque quando é poeira a gente não enxerga nada. Já aconteceu mais de 30 acidentes, de pessoas saindo da estrada, perder a direção por conta da poeira porque não consegue enxergar dois metros para frente (...) (Maria em entrevista, 2015).

Assim eles realizaram uma reunião com o poder público, o grupo e os assentados para resolver esta situação no assentamento, mas segundo Maria a LDC não queria assumir a responsabilidade de manutenção das estradas. Depois de vários debates ficou definido que a LDC deveria cascalhar e molhar as estradas devido ao tráfego intenso nas estradas pela passagem dos seus caminhões, principalmente em períodos de colheitas da cana-de-açúcar.

A primeira manifestação realizada pelos assentados no PA São Judas ocorreu por articulação dos estudantes do assentamento, pois ele chegaram a ficar uma semana sem aula devido as péssimas condições das estradas, além da invisibilidade para dirigir dos motoristas.

O assentado e motorista da escola Marcos apontou que esta manifestação ocorreu em meados dos anos 2000 e ele teve conhecimento da ação de resistência instantes antes em que ela iria acontecer, com o aviso dos estudantes que iriam trancar a MS-470 que corta o assentamento reivindicando melhorias:

Então foi surpresa que nem eu sabia ... tipo eu só vinha vindo, eu peguei eles, recolhi eles tudo, aí quando eu sai pra mim pegar pra destino Rio Brilhante eles mandaram eu parar o ônibus... Aí eu parei e eles falaram: Hoje nós não vamos para a escola, que hoje nós vamos trancar aqui e tal. Dai eles foram me explicar, que estava tendo muito problemas [...] não conseguíamos andar a pueira invadia demais a estrada, eles [usina] punhavam sempre dois, três carros na frente e você não teria visão que ultrapasse, era um movimento muito grande (Marcos em entrevista, 2015).

A manifestação teve duração de um dia com a presença de representantes da LDC e policiais, com negociações entre todas as partes:

Chegou ele e até mesmo uns donos das carretas, porque quando fechou tipo todas as carretas eram terceirizadas, aí o maior problema que eles tem é que quando fecha, faz qualquer mobilização assim, os donos sem preocupam pensando nos bens, nas carretas que eles achavam que as pessoas iam queimar, estragar. Mas a partir disso daí veio o representante [da LDC] era já quase onze horas da noite, porque foi onze horas que fechou [da manhã], aí ficamos aí até entorno das onze horas mais ou menos, foi a hora que veio o representante. Porque até quando mesmo elas trancaram foi já pedido a liberação só com o representante da usina. Aí foi a onde eles vinheram. Não teve nenhum envolvimento político, tipo assim vereador tal, não no momento, não apareceu nenhum lá né, mas isso aí foi também junto com o pessoal do assentamento, não foi os alunos que fizeram sozinho, eles também programaram o dia e fizeram tudo junto. Foi o assentamento e as crianças (Marcos em entrevista, 2015).

Os assentados entraram em acordo com a LDC, mas atualmente a situação da estrada é precária, mesmo com cascalhamento e a água jogada devido ao fluxo intenso dos caminhões. Em 2010, foi realizada outra manifestação por meio do bloqueio devido aos novos problemas ocasionados entre os educandos do assentamento, conseguindo que a empresa molhasse a estrada onde os ônibus escolar passa para minimizar os danos causados pela poeira, mas a luta continua:

Então a proposta foi ano passado de fazer de novo. Foi articulado o pessoal para fazer, aí eles arrumaram. Agora a gente continua cobrando, porque eles dão uma relaxada né!?... Tem um carro pipa que molha duas até três vezes por dia, na frente da escola, nesse perímetro que eles trafegam dentro do assentamento (Maria em entrevista, 2015).

No assentamento PA Margarida Alves a forma de resistência através da manifestação gerou um resultado mais consolidado proibindo a passagem dos caminhões com a produção da LDC no assentamento devido à mobilização de parte dos assentados em meados de 2014. Vale ressaltar que os caminhões que trafegam com trabalhadores e combustíveis não foram alvos da ação, apenas proibindo os da cana.

Esta manifestação ocorreu devido aos incômodos que a poeira causava nos lotes onde trafegavam os caminhões: “[o caminhão] *Vinha né e ai começou a subir a pueira, e vim uma grossura assim de pueira solta em riba daquela estrada, o povo tudo ficava com problema... vixi muita coisa. Porque eles anda do jeito que for e na seca eles não estão nem aí*” (Lucio em entrevista, 2016).

Lucio estava na casa do militante Vander quando resolveram iniciar a manifestação contra a LDC, pois o militante não aguentava mais esta situação na frente de seu lote, participaram da ação mais ou menos 10 assentados. Lucio nos informou que a ação não foi planejada: “*Não! Foi na hora, foi uma coisa que tava ali, começou passar, passar um e foram passando e foram indo e daqui a pouco, não guentaram eram muita pueira demais*” (em entrevista, 2016).

Assim, iniciaram o processo de trancamento com carros e tratores dos assentados:

Começaram a passar lá, dai o V. (assentado) lá com a casa dele bem encostadinho com a rua, tava ocupando com tanta pueira. Dai ele já pegou o Corcel dele e já jogou na frente da carreta assim, dai eu tava lá também, e já larguei junto lá também. Dai veio o seu M., seu M., Não! Eu estava com um trator lá, paremo dai lá. Já ligaram e já veio o chefe deles [da Usina] e já fizeram um acordo, da Louis Dreyfus. Ai eles já molharam lá e liberamos pra passar só aquelas [que estavam ali] ... Ficou era umas 10 da manhã até umas 4 da tarde parado (Lucio em entrevista, 2016).

Os caminhoneiros envolvidos diretamente com a manifestação ligaram para os representantes da LDC com o intuito de informar e resolver esta situação com os assentados que estavam bloqueando a passagem, conforme relata o militante Vander:

Daí liga pra um fiscal deles que estar ali e dali já vai o comentário. Já foi lá pra Dourados, o cara de Dourados ligou, Campo Grande ligou e daí chegou uns três aqui, uma caminhonetona ali e encostou aqui e falou quem que é o Sr. Vander, quem que é o.....eu falei sou eu, “ não é que nós é da usina, nós precisava passar, nós precisava liberar por que não sei o que... por que que não pode passar?” Eu falei “ rapaz não pode passar por causa que o cascalhamento está com...que nós está aqui nunca foi cascalhado essa rodovia nossa aqui. Nós temos três ônibus escolares que carregam nossos alunos na rodovia pra escola, que nós não temos escola aqui e daí não vai passar, acabar com nossa estrada”. Ele falou, não mais éele falou acho que é 30 dias de colheita e daí a proposta nossa é o seguinte, “ eu mando encostar um rolo aqui no fundo da sua casa, uma patrola, caminhão, ele fez uma proposta de louco e daí se vocês não quiserem o motorista, o tratorista nosso arruma a rodovia vocês podem arrumar um tratorista pra trabalhar numa patrola, num rolo que nós paga, mas pra vocês deixar passar cana” (Vander em entrevista, 2016).

A proposta dos representantes da LDC foi considerada absurda pelos assentados, principalmente por Vander, o mais impactado pelo tráfego com os caminhões da cana-de-açúcar. Assim, foi negado este pedido, pois o que os assentados queriam era a proibição total dos caminhões de cana-de-açúcar e se a ordem deles fossem descumpridas não iriam deixar nenhum caminhão que entrasse sair do assentamento.

No dia seguinte os representantes do grupo francês entraram em contato com Vander, conforme seu relato:

Quando foi no outro dia 6hs da manhã, eu tava tomando chimarrão chegou três caras de novo numa estradinha daquela de capim longado. Chegou, entrou lá no fundo e foi lá em casa. “Não Sr. nós conseguimos, nós vimos avisar ao senhor que pode deixar o povo tranquilo que não vai passar carreta, por que nós conseguimos a saída, negociar a saída. Eu falei “parabéns pra vocês, ao menos assim a gente fica sossegado” (Vander em entrevista, 2016).

Diante do depoimento de Vander, vimos que a LDC aceitou por meio da negociação em outra passagem as reivindicações dos assentados. Em nossas pesquisas, identificamos que a LDC passou a trafegar dentro da fazenda Capão Alto mesmo os argumentos negativos utilizados pelo fazendeiro. Assim, o MST vem atuando de forma incisiva contra os danos e a territorialização dos grupos e empresas estrangeiras.

Considerações finais

O processo de estrangeirização de terras é histórico e deve ser analisado a partir de uma análise crítica incorporando várias temáticas como a luta pela terra, a produção de commodities, os impactos territoriais, a desterritorialização e análises econômicas sobre o mesmo. Diante disso este trabalho apresentou a estrangeirização de terras como a apropriação de terras por estrangeiros (no caso da LDC, compra e arrendamento) para a produção de commodities em outros países, sendo seu discurso baseado na produção de alimentos e geração de empregos.

Este processo acarreta em algumas modificações/transformações socioterritoriais nos territórios envolvidos, devido ao caráter monopolizador destes grupos. Assim, as populações atingidas tem realizados formas de resistências contra este processo, pois ele acarreta em vários impactos negativos em seus territórios até mesmo chegando ao processo de desterritorialização.

No caso do estado do Mato Grosso do Sul este processo vem antes da constituição do estado federativo e intensificado a partir de políticas do Estado como o PRODECER e

PROALCOOL que contribuiu para a territorialização da soja e cana-de-açúcar em áreas de produção de gado. Com os incentivos estatais o grupo francês Louis Dreyfus Commodities se territorializou a partir da compra e construção de duas unidades no município de Rio Brilhante e uma em Maracaju gerando alguns conflitos e impactos territoriais como analisado no primeiro município.

Assim, a produção de cana-de-açúcar realizada pelo grupo em Rio Brilhante intensificou alguns impactos territoriais reforçando as lutas dos movimentos socioterritoriais com destaque para o MST que atuou intensamente contra a produção nos seus assentamentos e em outros. Diante disso, o MST resistiu frente às ações do grupo por meio de reuniões desmistificando os discursos trazidos pelo grupo nos assentamentos de trabalho e produção, bem como posteriormente com a passagem dos caminhões de cana-de-açúcar que rodeiam os assentamentos, produzidas nas fazendas.

A primeira forma de resistência realizada pelos assentados foram as reuniões no início das atividades da LDC no município, pois a empresa com o discurso de rentabilidade da produção dos assentados e possibilidades de emprego procurou territorializar sua produção nos assentamentos. Mas, diante dos argumentos, reuniões e trabalhos realizados pelos líderes dos assentamentos de convencimento e mostrando os aspectos negativos/ilusórios dos discursos a LDC não conseguiu se territorializar, produzindo no entorno dos assentamentos onde a soja/milho e o gado eram territorializados.

Mesmo diante da não territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos ela gerou alguns impactos, necessitando iniciar uma nova forma de resistência contra o grupo francês com as manifestações contra o tráfego dos caminhões da LDC ou mesmo pela melhoria das estradas que cortam os assentamentos que ela estava utilizando. Assim, no assentamento PA São Judas foram realizadas duas manifestações uma pelos assentados e outra pelos estudantes que vinham sofrendo com a falta de aula devido as péssimas condições das estradas.

Ficou sob responsabilidade do grupo LDC em realizar a manutenção das estradas com o ato de molhar para evitar maiores danos com a poeira e com cascalhamento. No caso do PA Margarida Alves a manifestação ocorreu devido a fluxo intenso dos caminhões na frente dos lotes, de um grupo de assentados trancou a estradas com veículos para a não passagem, proibindo a passagem permanentemente dos caminhões.

Assim, consideramos que estas formas de resistências nos assentamentos do MST foram importantes para evitar o avanço da cana-de-açúcar do grupo francês Louis Dreyfus Commodities no município e nos seus assentamentos, bem como gerar e intensificar os impactos socioterritoriais deste tipo de produção que ao nosso mostraram-se negativos.

Referências

BACKES, Thaine Regina. **O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BIOSERV - Louis Dreyfus Commodities. Disponível em: < <http://www.biosev.com>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. **La política del acaparamiento mundial de tierras**: Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistência. 2010, p. 44. Disponível em: < <http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/BorrasAcaparamiento.pdf> >. Acesos em: 16 out. 2015.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, n. 1, v. 43, 2015.

CENTENARO, Moisés. Internacionalização de usinas sucroenergéticas - um estudo de caso. **XXXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998, v. 9, p. 143-159.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Disponível em: < http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf >. Acesso em: 06 jun. 2015.

CLEMENTS, Alice Elizabeth; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. 2013. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2015.

DOMINGUES, Alex Torres **A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul**. 200 f. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: Espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf >. Acesso em: 05 abr. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A geopolítica da questão agrária mundial. 2009. **Boletim DATALUTA**. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 19 out. 2016.

FERNANDES, Bernardo Maçano; WELCH, Cliff Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Maçano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Assentamentos como Territórios. In: **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. SIMONETTI, M. C. L. (Org.). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p. 177-184.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Território Camponês. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Land tenure and international investments in agriculture. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2011.

GERENTE DE CIDADE. Gigante da bioenergia inaugura usina de açúcar e etanol no Mato Grosso Do Sul. Nº 47, julho – agosto- setembro 2008. Disponível em: <http://www.ramalhete.com.br/clipping/gc47_0908.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011**. 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2012.

SASSEN, Saskia. **Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory**. Revista Globalizations, 10:1, 2013, p. 25-46. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760927>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil?. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol.4, No 1/ 2010.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Dinâmica fundiária e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. 2011. Disponível em: < <http://mstemdados.org/> >. Acesso em: 26 set. 2016.

TEIXEIRA, Márcio Antonio. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da grande Dourado**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1989.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema!** Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos Movimentos Sociais. 2007. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2015.

Recebido para publicação em 13 de março de 2017.

Devolvido para a revisão em 16 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 11 de abril de 2017.